

CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO Nº 1/2014

EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO “EDIFÍCIO SEDE DA SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA DA ORDEM DOS ENGENHEIROS”

RELATÓRIO FINAL DA FASE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1. INTRODUÇÃO

No âmbito do procedimento de contratação por concurso limitado por prévia qualificação supramencionado, o Júri do procedimento, nos termos do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, procedeu à elaboração do Relatório Preliminar, que aqui se dá por integralmente reproduzido, e, nos termos do artigo 147.º conjugado com o 123.º promoveu a audiência prévia dos concorrentes, informando-os do direito de se pronunciarem sobre o **projeto de decisão**, que assenta na seguinte proposta:

- i) **Proposta de adjudicação da proposta do concorrente n.º 4, grupamento “Socicorreia – Engenharia, Lda./Construções Europa Air-Lindo, S.A”**, pelo valor de 350.500,00€ (trezentos e cinquenta mil e quinhentos euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, e pelo prazo de execução de **300 dias de calendário**, incluindo sábados, domingos e feriados, por ser a proposta de mais baixo preço e por cumprir todas as exigências estabelecidas no programa de procedimento e no caderno de encargos.

2. PRONÚNCIAS APRESENTADAS

Em sede de audiência prévia os concorrentes n.º 5, o agrupamento “R. I. M. - Construções Madeirenses, Lda./SCROP, Sociedade de Construção, Reabilitação e Obras Públicas, Lda” e n.º 2, a empresa “Saul & Filhos Lda.”, apresentaram objeções ao aludido projeto de decisão, cujo teor integral se reproduz de seguida.

2.1 . Pronúncia do agrupamento “R. I. M. - Construções Madeirenses, Lda./SCROP-Sociedade de Construção, Reabilitação e Obras Públicas, Lda”

“RIM – Construções Madeirenses, Lda. sociedade comercial por quotas, com sede na Rua Ribeiro das Freiras, Armazém 18, Sítio da Abegoaria, 9125-073 CANIÇO, pessoa coletiva n.º 511104642 e SCROP – Sociedade de Construção, Reabilitação e Obras Públicas, Lda, com sede na Rua Ribeiro das Freiras, 18, 9125-073, CANIÇO, pessoa coletiva n.º 508981689, concorrentes, sob a forma de consórcio externo, à adjudicação da empreitada designada de “Edifício sede da Secção regional da Madeira da Ordem dos Engenheiros”, concurso limitado por prévia qualificação, tendo sido notificadas do relatório de avaliação final das propostas, vêm, exercer o seu direito de audiência prévia e RECLAMAR do mesmo e informar o seguinte:

1. Em 15/07/2014 a firma “Construções Europa Ar-Lindo, S.A” apresentou-se a um processo especial de revitalização, que deu origem ao processo n.º 3729/14.2TBURG a correr termos pelo 4.º Juízo Cível de Braga.

2. No âmbito do referido processo foi já nomeado administrador judicial provisório - cf doc. 1 em anexo.
3. A empresa em questão é integrante do consórcio adjudicatário a formar pelas empresas Socicorreia – Engenharia, Lda. e Construções Europa Ar-Lindo, S.A..
4. Tal circunstância visa, designadamente e entre outras que as empresas beneficiem das habilitações mútuas para se apresentarem a concurso e assim satisfazer as exigências concursais.
5. Ora, pese embora a estranheza que levanta que uma empresa nas circunstâncias acima referidas, como a firma Construções Europa Ar-Lindo, S.A tenha conseguido, sozinha ou em conjunto satisfazer as exigências económico-financeiras do concurso, o certo é que, salvo melhor opinião, deixou de estar habilitada à execução da obra, assim afetando, irremediavelmente, o consórcio adjudicatário.
6. Saliente-se que, a mesma empresa, tem pendentes, pelo menos, para cima de 15 (quinze) pedidos de insolvência.
7. Na verdade, determina o artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, relativo aos impedimentos na participação em procedimentos concursais públicos, que: **“Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento,** as entidades que: a) Se encontrem em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de património **ou em qualquer situação análoga, ou tenham o respectivo processo pendente,** salvo quando se encontrarem abrangidas por um plano de insolvência, ao abrigo da legislação em vigor” (negrito e sublinhado nosso).
8. Logo, salvo melhor entendimento, dúvidas não há que a empresa em causa passou a estar impedida de se apresentar a concurso ou integrar agrupamentos, a partir do passado dia 15/07/2014.
9. Sendo certo que, os donos de obra devem assegurar que as obras sejam executadas por detentores de alvarás contendo as habilitações correspondentes à natureza e valor dos trabalhos a realizar, sendo a comprovação dessa habilitações feita pela exibição do respetivo alvará (cfr. Art.º 31.º, n.º 3 e 4 do Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro).

ISTO POSTO,

10. Por outro lado, além da questão supra referida, verifica-se que a proposta do referido consórcio está inquinada de vícios que, salvo melhor opinião, implicam a exclusão da proposta:
 - A) Apresentação de certidão permanente do membro do consórcio Construções Europa Ar-Lindo, S.A desatualizada, que omite a informação referente à limitação de poderes dos órgãos da entidade;
 - B) Não apresentação de comprovativo de autorização do Administrador Judicial Provisório para a constituição do consórcio nem assinatura por parte deste da proposta apresentada;
 - C) Não apresentação de procuração por parte do Administrador Judicial Provisório para a submissão da proposta e representação da empresa Construções Europa Ar-Lindo, S.A pelo Sr. Edgar da Silva Pinto.
 - D) Certificado Digital Qualificado usado pela empresa Construções Europa Ar-Lindo, S.A. inválido porque não permite “relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder

de assinatura". Certificado emitido a 30/04/2012 o que implica que não inclui os condicionalismos impostos pelo PER e pela nomeação do Administrador Judicial Provisório.

- E) Apresentação do documento "lista de preços unitários" em formato excel sem assinatura digital qualificada, nos termos do CCP e da Portaria N.º 701-G/2008 de 29 de Julho conjugados com a jurisprudência patente no acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 30 de Janeiro de 2013, processo n.º 01123/12.

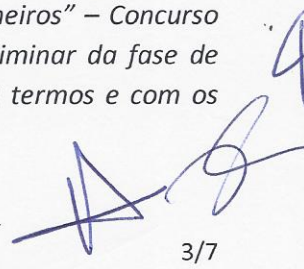
11. Acresce que também a proposta do concorrente Saul e Filhos, Lda apresenta vícios, que salvo melhor opinião, impõem a exclusão da proposta:

- A) Apresenta o documento do anexo I, declaração de aceitação do caderno de encargos, com alterações em relação á minuta imposta pelo programa do procedimento, contrariando-a, e declarando na alínea f) do ponto 4 que **"Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da lei n.º 19/2012, de 8 de Maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código de Contratos Públicos, durante o período de inabilidade na decisão condenatória"**.
- B) Apresentação do documento "lista de preços unitários" em formato excel sem assinatura digital qualificada, nos termos do CCP e da Portaria N.º 701-G/2008, de 29 de Julho, conjugados com a jurisprudência patente no acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 30 de Janeiro de 2013, processo n.º 01123/12.
- C) Não apresentação dos documentos exigidos na alínea e) do ponto 2 do programa do procedimento, especificamente o plano de mão-de-obra e o plano de equipamento. O concorrente apresenta apenas um documento que constitui uma amálgama de recursos, sem separação da mão-de-obra do equipamento e sem respeito pelas unidades de apresentação da afetação dos recursos definida no programa do procedimento.
- D) Apresentação do plano de pagamentos em contradição com o prazo de pagamento referido pelo caderno de encargos, ou seja, o prazo de pagamento é de 60 dias e o referido plano de pagamentos apenas indica o primeiro pagamento no quarto mês de obra, ou seja, alterando o prazo de pagamento de 60 para 90 dias.

Em face de todo o exposto, requerem as exponentes a revogação da decisão comunicada e a exclusão do consórcio concorrente formado pelas firmas "Socicorreia" e "Construções Europa Ar-Lindo, S.A" assim como da empresa Saul e Filhos, Lda, sempre com as legais consequências."

2.2. Pronúncia da firma "Saúl & Filhos, Lda. "

"SAÚL E FILHOS, LDA. , com sede ao Caminho da Lombada, n.º 26-28, Monte, 9050-284 Funchal, pessoa coletiva n.º 511 023 928, na qualidade de concorrente à adjudicação da empreitada designada por Reabilitação do "Edifício Sede da Secção Regional da Madeira da Ordem dos Engenheiros" – Concurso Limitado por prévia qualificação n.º 1/2014, tendo sido notificada do relatório preliminar da fase de apresentação de propostas, vem no âmbito da audiência prévia, se pronunciar, nos termos e com os fundamentos seguintes:



O art. 163.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) estabelece que:

“O procedimento de concurso limitado por prévia qualificação integra as seguintes fases;

- a) Apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos*
- b) Apresentação e análise das propostas e adjudicação”*

Resulta claro do CCP, que a fase da avaliação da aptidão e qualificação dos candidatos, não se confunde com a fase de avaliação das propostas.

Na fase da avaliação dos candidatos, a entidade adjudicante verifica se o candidato reúne as condições necessárias para a boa execução do contrato público, já na fase de avaliação das propostas, a entidade adjudicante avalia a proposta de acordo com o critério de adjudicação.

De notar que os candidatos qualificados passam à fase seguinte em condições de igualdade, o que significa que a qualificação releva para efeitos de se verificar quem será convidado pela entidade adjudicante.

A “Construções Europa Ar-Lindo, S.A” encontra-se em agrupamento com a “Socicorreia – Engenharia, Lda”, agrupamento este, previamente qualificado, e com a proposta classificada em 1.º lugar, no presente procedimento.

Acontece que, aos 15.07.2014, no Tribunal Judicial de Braga, 4.º Juízo Cível de Braga, Processo 3729/14.2TBRRG – Processo Especial de Revitalização, (adiante designado de PER), foi proferido despacho de nomeação de administrador judicial provisório do devedor “Construções Europa Ar-Lindo, S.A”, NIF 503 335 207.

O PER tem como finalidade, permitir ao devedor que esteja numa situação economicamente difícil ou em situação de insolvência iminente, mas que ainda seja passível de ser recuperado, negociar com os credores com vista a um acordo que leve a revitalização daquele. Encontram-se em situação económica difícil os devedores que enfrentam sérias dificuldades para cumprir pontualmente as suas obrigações.

Da relação provisória de créditos apresentada pelo administrador judicial provisório, junto do Tribunal, aos 21.08.2014, foram identificados cerca de 400 credores, incluindo o Instituto de Segurança Social, IP – Centro Distrital de Braga, a quem foi atribuído o n.º 210 e reconhecido um crédito no valor de €933.327,37 referente a contribuições de fevereiro a dezembro de 2012 e de janeiro a maio de 2013, e outro no valor de €491.33,54, relativo a contribuições de agosto de 2013, outubro a dezembro de 2013 e de janeiro a junho de 2014.

De acordo com o art.º 55.º alíneas a) e d) do CCP, estão impedidos de se candidatar, concorrer ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em estado de insolvência ou em qualquer situação análoga ou que não tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social, questionando-se, inclusive, se este impedimento já não existia aquando da qualificação.

O facto de se verificarem as situações previstas no art. 55.º do CCP, ainda que, apenas relativamente à “Construções Europa Ar-Lindo, S.A”, que está declaradamente, impedida de se candidatar, concorrer ou integrar agrupamentos, desde 15.07.2014, implica a exclusão do agrupamento, por força do art.º 184.º n.º 2 alínea c) do CCP, e a consequente não adjudicação da proposta.

Assim sendo, requer a V. Exa, que exclua o agrupamento constituído pela “Construções Europa Ar-Lindo, S.A” e “Socicorreia – Engenharia, Lda.”, não convertendo o projeto de decisão de adjudicação em decisão final.”

3. ANÁLISE DAS PRONÚNCIAS APRESENTADAS

3.1 - Concorrente n.º 5, agrupamento “R. I. M. - Construções Madeirenses, Lda./SCROP, Sociedade de Construção, Reabilitação e Obras Públicas, Lda”,

O concorrente n.º 5 alega, nos seus pontos 1 a 9, que a proposta do concorrente n.º 4, o agrupamento “Socicorreia – Engenharia, Lda./Construções Europa Air-Lindo, S.A” deverá ser excluída pelo facto de uma das empresas deste agrupamento, a firma “Construções Europa Ar-Lindo, S.A” se encontrar num Processo Especial de Revitalização (PER).

O júri deliberou não aceitar a proposta de exclusão do agrupamento com base nas alegações referidas, por considerar que o facto de uma empresa se encontrar num Processo Especial de Revitalização não constituir um impedimento para a mesma concorrer a procedimentos concursais públicos. O Processo Especial de Revitalização não corresponde a uma situação análoga à insolvência, conforme refere a reclamante. Por outro lado, o júri vem ainda referir que o administrador judicial provisório não substitui os administradores da empresa em situação de PER, competindo-lhe, principalmente, participar nas negociações, orientar e fiscalizar o decurso dos trabalhos e a sua regularidade, e assegurar que as partes não adotam expedientes dilatórios, inúteis ou, em geral, prejudiciais à boa marcha daquelas.

Mais refere o concorrente n.º 5, no ponto 10 das suas alegações, que a proposta do concorrente n.º 4 está inquinada de vícios que implicam a exclusão da proposta, designadamente por a certidão permanente do membro do consórcio Construções Europa Ar-Lindo, S.A estar desatualizada; por o certificado Digital Qualificado usado pela referida empresa ser inválido por não permitir “relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura” e por apresentar o documento “lista de preços unitários” em formato excel sem assinatura digital qualificada.

O júri, não identificou qualquer irregularidade nos documentos apresentados pelo concorrente n.º 4, o agrupamento “Socicorreia – Engenharia, Lda./Construções Europa Air-Lindo, S.A”.

Quanto às alegações que o concorrente n.º 5, o agrupamento “R. I. M. - Construções Madeirenses, Lda./SCROP, Sociedade de Construção, Reabilitação e Obras Públicas, Lda”, apresenta no seu ponto 11 referentes à proposta do concorrente nº 2, a empresa “Saul & Filhos, Lda”, o júri é do seguinte entendimento:

- A) O facto da firma “Saul & Filhos, Lda” ter apresentado a declaração em conformidade com o anexo V do CCP, que apresenta um texto diferente da declaração do Anexo I do Programa de Procedimento, na sua alínea f), não é motivo de exclusão da respetiva proposta. A discrepância entre a declaração apresentada pelo concorrente e o texto do Anexo I constante do Programa de Procedimento resulta da utilização como referência, do Anexo V do CCP. Contudo, trata-se apenas de um erro de certa forma inócuo, que, no caso concreto, faz transparecer um erro de escrita do legislador.

O concorrente, ao optar por recorrer à versão integral da Lei, que contempla um lapso de escrita do legislador, não altera o sentido da Declaração apresentada, ou seja, independentemente do texto, o júri não ficou com dúvidas de que o concorrente pretendeu dizer que: “Não foi objeto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do

artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º1 do artigo 71.º da Lei n.º19/2012, de 8 de maio, e no n.º1 do 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória”.

- B) O documento “lista de preços unitários” da proposta da empresa “Saul & Filhos, Lda”, em formato excel, apresenta assinatura digital qualificada e foi devidamente aceite pelo júri do procedimento. Por outro lado, o concorrente apresenta uma lista de preços unitários criada pela própria plataforma e que apresenta assinatura digital qualificada. Ainda assim, mesmo que a assinatura digital do ficheiro em excel não existisse, a “lista de preços unitários” está apresentada num documento autónomo, em PDF, com assinatura digital qualificada. A “lista de preços unitários” em formato excel, cujo conteúdo corresponde integralmente à versão PDF, foi exigida com o intuito de facilitar o trabalho de análise do júri.
- C) A proposta da firma “Saul & Filhos, Lda” apresenta um plano de mão-de obra e de equipamentos, em conformidade com o exigido no Programa do Procedimento;
- D) Nos termos da cláusula 26.ª do Caderno de Encargos, Cláusulas Gerais, as medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam. Por sua vez a cláusula 33.ª estipula que o prazo de pagamento é de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação a que se refere. Assim sendo, por exemplo: o auto de medição do mês 1 poderá ser emitido até ao 8.º dia do mês 2 e logo de seguida deverá ser emitida a fatura desse auto. Sendo o prazo de pagamento a 60 dias, o pagamento referente à primeira fatura cairá portanto no mês 4. Da análise do plano de pagamentos da firma “Saul & Filhos, Lda”, conclui-se que a mesma cumpre com o estipulado no caderno de encargos.

3.2 - Concorrente n.º 2, firma “SAÚL E FILHOS, LDA.”

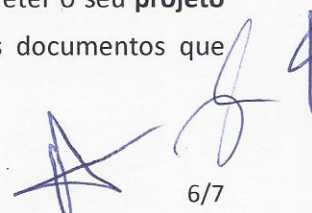
A empresa “Saul & Filhos, Lda” propõe a exclusão do concorrente n.º 4, o agrupamento “Socicorreia – Engenharia, Lda./Construções Europa Air-Lindo, S.A”, em virtude da empresa integrante do agrupamento, a “Construções Europa Air-Lindo, S.A” se encontrar num Processo Especial de Revitalização (PER) e, como tal, impedida de concorrer.

Em conformidade com o que já foi anteriormente referido, o júri considera que a situação de PER não se enquadra nos impedimentos previstos e consagrados no artigo 55.º, alíneas a) e d) do CCP conforme refere a reclamante na sua exposição.

4. CONCLUSÃO

Face ao exposto, não assistindo razão às argumentações apresentadas pelos pronunciante, o concorrente n.º 5, agrupamento **“R. I. M. - Construções Madeirenses, Lda./SCROP, Sociedade de Construção, Reabilitação e Obras Públicas, Lda”** e o concorrente n.º 2, **“Saúl & Filhos, Lda.”** o Júri irá manter o teor do seu projeto de decisão, constante do Relatório Preliminar.

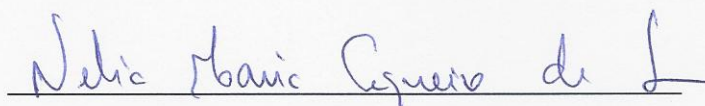
Nesta conformidade, com fundamento no Relatório Preliminar e no presente Relatório Final, que se pronuncia sobre as observações apresentadas em sede da audiência prévia, bem como nos termos do n.º 1 e 3 do artigo 148.º, do Código dos Contratos Públicos, o Júri irá manter e submeter o seu **projeto de decisão**, corporizado no presente Relatório Final, acompanhado dos restantes documentos que compõem o processo de concurso, e que assenta na seguinte proposta:



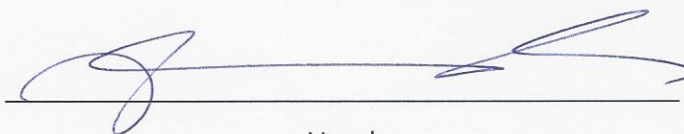
- i) Proposta de adjudicação da proposta do concorrente n.º 4, grupamento “Socicorreia – Engenharia, Lda./Construções Europa Air-Lindo, S.A”, pelo valor de 350.500,00€ (trezentos e cinquenta mil e quinhentos euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, e pelo prazo de execução de **300 dias de calendário**, incluindo sábados, domingos e feriados, por ser a proposta de mais baixo preço e por cumprir todas as exigências estabelecidas no programa de procedimento e no caderno de encargos.

Funchal, 07 de Outubro de 2014

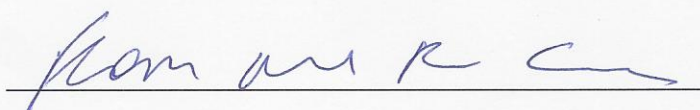
O Júri,



Presidente



Vogal



Vogal